

SEREJO BRAUNA
ADVOGADO ASSOCIADOS

RECEBUE
20/02/2016

OU PELA ATIPICIDADE DA CONDUITA SUBSIDIARIAMENTE, PLEITEIA A REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA, COM A REDUÇÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO DA PENA PELA INCIDÊNCIA DA AGRAVANTE PREVISTA NO ARTIGO 61, II, ALÍNEA F, DO CÓDIGO PENAL, BEM COMO A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELA PENA DE MULTA OU PELA RESTRIÇÃO DE DIREITO E, POR FIM, A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS.

1- Pleito absolutório que prospera. Da atenta leitura destes autos, observa-se que o conjunto probatório não se encontra apto e idôneo a demonstrar que o ora apelante praticou o crime, que lhe é imputado, de sorte, que o decreto condenatório encontra-se lastreado, tão somente, na versão da ofendida acerca dos fatos, que sequer restou corroborada por qualquer documento ou testemunho. É sabido, que os crimes cometidos no âmbito familiar, muita das vezes, são praticados na clandestinidade, sem testemunhas presenciais. Contudo, tal fato não autoriza um juízo condenatório em um contexto que não se mostrou apto a afastar a dúvida da existência da ameaça. No presente caso, não há provas inequívocas da existência de um pronunciamento de mal injusto, grave e iminente perpetrado pelo acusado contra a vítima. Na verdade, o que temos é a palavra da vítima contra a palavra do acusado, cada um sustentando pontos de vistas próprios, de maneira que a lesada relata a dinâmica da imputada ameaça e ele nega. Assim, na impossibilidade de se alcançar a certeza necessária acerca da prática do delito, deve o acusado ser absolvido por falta de provas, em respeito ao princípio do in dubio pro reo, com fulcro no art 386, VII, do CPP. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (Apelação nº 0489974-58.2012.8.19.0001, 7ª Câmara Criminal do TJRJ, Rel. Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes, j. 02.02.2016. Publ. 15.02.2016).

Por tais razões, não há outro caminho capaz de se fazer JUSTIÇA, a não ser o qual Vossa Excelência trilhará no sentido de absolver o réu por absoluta ausência de justa causa, em virtude do fato não constituir crime. Caso Vossa Excelência entenda de forma diversa, que absolva o réu do crime de ameaça com base no princípio do *in dubio pro reo*, inciso VII do art. 386 do CPP.



98 3227-7697
Rua das Acácias, Quadra-D, Casa n. 23, Bairro Renascença I,
São Luís-MA. CEP: 65.075-020 | sbrunado@gmail.com | armandoserejoade@gmail.com
@serejobrauna | serejo e brauna